DIRLEG	Fl.
de	51

SUBSTITUTIVO-EMENDA

Nº ____

AO PROJETO DE LEI № 235/2025

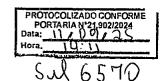
Institui a Política Municipal de Climatização Sustentável das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Climatização Sustentável das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino do Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - São princípios que norteiam a Política Municipal de Climatização Sustentável criada por esta lei:

- I a sustentabilidade, assegurando a escolha de tecnologias eficientes e a promoção de práticas que podem contribuir para a redução do consumo de energia e da emissão de gases de efeito estufa;
- II a acessibilidade, como salvaguarda do acesso a climatização adequada a todos os alunos, independentemente da sua condição socioeconômica;
- III a Equidade, como garantia da implementação da climatização de forma equitativa em todas as escolas públicas municipais;
- Art. 3º São diretrizes da Política Municipal de Climatização Sustentável das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino:
- I promoção e incentivo da revisão da estrutura de climatização e isolamento térmico das escolas públicas municipais, proporcionando a instalação de aparelhos de climatização e de ar-condicionado nas salas de aula, nos espaços de convivência coletiva pedagógica, de estudo, administrativa, refeitórios e cozinhas;
- II proporcionar a adequação e reorganização física e arquitetônica dos prédios das escolas, como medida de assegurar a implementação de técnicas de arejamento e ventilação adequadas ao local, respeitando-se as especificidades das unidades e as particularidades em se tratando de ensino quilombola, indígena e de pessoas com deficiência;
- III possibilitar a adequada cobertura, com material e técnica de isolamento térmico e acústico, de todas as quadras poliesportivas das unidades escolares, destinadas às aulas de educação física;
- IV estimular medidas de arborização nas áreas da unidade escolar, como forma de assegurar sombreamento, escoamento adequado de águas pluviais e redução de bolsões de calor;
- V promover a reestruturação da capacidade de alunos por sala de aula, com adoção de restrição ao limite máximo de estudantes por classe compatível com o bem-estar de alunos e professores, evitando a superlotação;
- VI possibilitar a efetiva implementação da política municipal instituída por esta lei em um prazo razoável de até 10 (dez) anos.
- Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Climatização Sustentável das Escolas Públicas da Rede



Municipal de Ensino:

I – proporcionar soluções ambientalmente sustentáveis priorizando equipamentos de alta eficiência energética;

II – favorecer e incentivar o uso de fontes de energia renovável, especialmente solar;

III – implementar estratégias de ventilação natural e arquitetura bioclimática, sempre que tecnicamente viáveis.

IV – promoção do conforto térmico através da manutenção de uma temperatura ideal nos espaços coletivos da escola, permitindo o bem-estar, a concentração, um melhor aprendizado e melhor prática do ensino para alunos e professores;

V – incentivar a adoção de medidas preventivas, como a manutenção regular dos equipamentos de climatização;

VI – garantir uma política de climatização flexível e adaptada às condições climáticas locais e às necessidades específicas de cada escola;

VII – envidar esforços e os recursos necessários para que a política municipal de climatização seja efetivada e alcance seus propósitos em até uma década;

VIII - promover o monitoramento do desempenho da política de climatização regularmente para avaliar sua eficácia e identificar áreas de melhoria;

IX - assegurar a participação dos alunos, professores e comunidade escolar, de modo que a opinião dos mesmos contribua na definição e implementação da política de climatização das escolas públicas municipais;

Art. 5º - A climatização sustentável, pela sua dimensão e alcance, acontecerá de forma progressiva e conforme cronograma prévio, tendo como referência temporal para sua viabilização o prazo de uma década, a partir da publicação desta Lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, bem como, de outras fontes de recursos financeiros, a critério do poder executivo.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2025.

HELTON VIEIRA FERNANDES

JUNIOR:13070285600 Oados: 2025.09.11 14:07:53 -03'00'

Assinado de forma digital por HELTON VIEIRA FERNANDES JUNIOR: 13070285600

Vereador Helton Júnior

PSD

Publicado em <u>16/9/25</u>

<u>K 476</u>

Divato